



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ELIZANA GOMES DE OLIVEIRA**

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

**Relato de experiência**

**Campina Grande-PB**

**2023**

**ELIZANA GOMES DE OLIVEIRA**

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

**Relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

**Orientadora:** Profa Ms Sandra Amélia Sampaio Silveira

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48e Oliveira, Elizana Gomes de.  
O estágio supervisionado na formação profissional: relato de experiência [manuscrito] / Elizana Gomes de Oliveira. - 2023.  
29 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.  
"Orientação : Profa. Ma. Sandra Amélia Sampaio Silveira, Departamento de Serviço Social - CCSA. "  
1. Estágio supervisionado. 2. Formação profissional. 3. Serviço social. I. Título  
  
21. ed. CDD 360

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

**Relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 22/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Profa. Ms Sandra Amélia Sampaio Silveira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Flávio José Souza Silva

Prof. Ms Flávio José Souza Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Pontes de Souza

Profa. Ms Maria do Socorro Pontes de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, dedico. Sem eles nada seria possível. Os dois maiores incentivadores das realizações dos meus sonhos.

“E aqueles que foram vistos dançando  
foram julgados insanos por aqueles que  
não podiam escutar a música” (Friedrich  
Nietzsche)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAESE	Centro de Atendimento Especializado em Serviços de Emergência
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCEPE	Conselho Coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão
CE	Código de Ética
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FNS	Fundo Nacional de Saúde
HUAC	Hospital Universitário Alcides Carneiro
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
IPASE	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Ministério da Saúde
NAP	Núcleo Ambulatorial de Psiquiatria
OMS	Organização Mundial da Saúde
PA	Pronto Atendimento
PNE	Plano Nacional de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TFD	Tratamento Fora Domicílio
TIC	Tecnologias da Comunicação e Informação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
<b>3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>16</b>
<b>4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGÁTORIO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO (HUAC) .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:  
Relato de experiência**

**THE SUPERVISED INTERNSHIP IN VOCATIONAL TRAINING:  
Experience report**

**Elizana Gomes de Oliveira<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo relatar a experiência vivenciada no estágio supervisionado obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), realizado no Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), localizado no bairro do São José, em Campina Grande – PB, no período de maio de 2022 a dezembro de 2022. Neste sentido, apresenta discussões sobre a importância do estágio para a formação profissional em Serviço Social e sobre a referida experiência. Consiste em um relato de experiência, cuja metodologia teve como suporte no diário de campo, observações e a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental para subsidiar a discussão do tema. Dentre os resultados, destaca-se que a experiência do estágio permitiu entender a importância do/a profissional de Serviço Social no contexto hospitalar, bem como conhecer as dificuldades enfrentadas e as possibilidades no exercício profissional na saúde. O estágio supervisionado demonstrou ser um momento fundamental no processo de construção da identidade profissional, em virtude da inserção na realidade concreta de atuação do/a assistente social, oportunizando o contato com a prática e a capacitação para a ação.

**Palavras-Chave:** Estágio supervisionado. Formação Profissional. Serviço Social.

**ABSTRACT**

The present course conclusion work aims to report the experience of the mandatory supervised internship of the Social Service Course at the State University of Paraíba (UEPB), held at the Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), located in the São José neighborhood, in Campina Grande – PB, from May 2022 to December 2022. In this sense, it presents discussions about the importance of the internship for professional training in Social Work and about the aforementioned experience. It consists of an experience report, whose methodology was supported by a field diary and bibliographical and documentary research to support the discussion of the topic. Among the results, it is highlighted that the internship experience allowed us to understand the importance of the Social Service professional in the hospital context, as well as to understand the difficulties faced and the possibilities in professional health practice. The supervised internship proved to be a fundamental moment in the process of building professional identity, due to the insertion in the concrete reality of the social worker's work, providing opportunities for contact with practice and training for action.

**Keywords:** Supervised internship. Professional qualification. Social service.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); elizanagomes19@gmail.com

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a refletir sobre a importância do estágio supervisionado obrigatório na formação profissional, no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Para tanto, traz um relato de experiência do estágio realizado no Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), localizado no bairro do São José, em Campina Grande – PB, no período de maio de 2022 a dezembro de 2022.

A motivação para realização deste trabalho decorre da experiência de estágio supervisionado junto ao HUAC, no qual o estágio é fundamental para a formação profissional e sua relevância acadêmica no processo de construção de conhecimento do trabalho profissional através da inserção em espaços sócio-ocupacionais. Consiste em um relato de experiência, cuja metodologia teve como suporte no diário de campo, observações e a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental para subsidiar a discussão do tema.

Nessa direção, discutiremos como o estágio contribui para a Formação Profissional em Serviço Social, tomando por base os princípios preconizados nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, na Política Nacional de Estágio em Serviço Social da ABEPSS (2010), na Lei 8.662 que dispõe sobre a profissão de assistente social, na Resolução do CFESS nº 533/2008, ademais fundamentado também pelas Leis nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 (Lei Federal de Estágio), que destacam a importância da construção do conhecimento mediante políticas e planejamentos educacionais capazes de assegurar a qualidade do ensino e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias no seu processo de formação profissional.

O estágio supervisionado se apresenta como um momento fundamental da formação em Serviço Social, ao proporcionar a aproximação direta com a realidade e com a intervenção profissional no espaço sócio-ocupacional onde o/a assistente social atua. Conforme as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, o estágio supervisionado é um ambiente que oportuniza ao/a estudante o contato com a prática, como também capacita para a ação.

Nesse sentido, o presente trabalho está dividido em três itens. No primeiro, realizamos uma reflexão sobre a profissão e a formação em Serviço Social no Brasil. No segundo item, discutimos a contribuição do estágio supervisionado, a regulamentação e legislação que o rege na formação profissional dos estudantes de nível superior. Por fim, no terceiro, apresenta a experiência de estágio em Serviço Social no HUAC.

## **2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Pensar a formação em Serviço Social é fundamental para entendermos o exercício profissional do/a assistente social, uma vez que traz contribuições indispensáveis para interpretação da realidade socio-histórica e suas determinações sobre a profissão e sobre a vida dos/as usuários/as das instituições nas quais estão inseridos/as. Nesta direção, se faz necessário, ainda que de forma breve, mencionar como se estruturou a formação do/a assistente social a partir da gênese da profissão no Brasil.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram na década de 1930 como resposta à questão social<sup>2</sup>, por iniciativa de segmentos da classe dominante vinculados a movimentos da Igreja Católica. A elite dominante preocupada com seus interesses e juntamente com o Estado, somaram forças para conter os/as trabalhadores/as que clamavam por melhorias nas condições de trabalho e de vida. Tais iniciativas constituíram as protoformas do Serviço Social, que só se instituiu como profissão a partir da década de 1940. A institucionalização do Serviço Social, possibilitada pela estruturação de um mercado de trabalho impulsionada pelas políticas sociais do Estado, fomentou a criação de escolas de Serviço Social em todo o país e levou à busca de maior qualificação técnica para as/os assistentes sociais.

A partir de 1940 e 1950, o Serviço Social alia a formação pautada na doutrina social da Igreja Católica e no neotomismo (inspirado nas escolas de Serviço Social europeias), com a influência norte-americana marcada pelo tecnicismo, atrelado à psicanálise e sociologia, de base funcionalista/sistêmica e positivista. É importante destacar também que a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi criada em 1946, tendo como pauta a formação do/a assistente social (IAMAMOTO, 2013). No ano de 1954, o Decreto nº 35.311, regulamentou a Lei nº 1.889 sobre o currículo mínimo em Serviço Social, pautado nas matrizes teóricas conservadoras europeias e norte-americanas (VIEIRA, 1980, p. 147).

Nos anos 1960 e 1970 o processo de renovação da profissão no Brasil, no contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino americano, leva à crítica ao tradicionalismo e ao conservadorismo, à busca de novas referências teóricas e legitimidade profissional, ainda que de forma heterogênea. O movimento se expressou em três direções, como classificado por Netto (2005): a modernização conservadora; reatualização do conservadorismo; e por fim, a intensão de ruptura. Um dos elementos que contribuiu para o processo de renovação <sup>3</sup>foi a inserção da profissão em ambiente universitário, momento fundamental para pesquisa e investigação na área, em virtude do debate teórico-metodológico com outras áreas do conhecimento. Embora tenha sido realizada em meio à ditadura militar, esta inclusão foi essencial para o surgimento de uma massa crítica, proporcionando o aparecimento de um padrão acadêmico (NETTO, 2005). Segundo Netto (2011, p. 125)

Diferentemente de outras profissões de nível superior, que padeceram a refuncionalização da sua formação pela ditadura já com um lastro acadêmico, o Serviço Social ingressa no circuito da universidade justamente no lapso de vigência da autocracia burguesa.

Neste período, a formação em Serviço Social estaria sob orientação da autocracia burguesa. Contudo, a afinidade com as ciências sociais impulsionou uma formação que se aproxima de novas teorias e com olhar voltado à realidade. Isto é, a autocracia burguesa gerou circunstâncias que levaram à intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, provocando a laicização da profissão e a necessidade uma fundamentação teórico-metodológica para a profissão.

<sup>2</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”

<sup>3</sup> Para Netto (2005), a renovação do Serviço Social é demarcada em três momentos: o primeiro corresponde à segunda metade dos anos 1960; o segundo, ao lapso temporal de dez anos, e o terceiro, com a abertura dos anos 1980

Os anos 1980 inauguraram os debates em torno da Ética no Serviço Social, buscaram romper com a neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão. A transição da década de 80 para década de 90 aponta transformações nas esferas políticas, econômicas e sociais no Brasil, com o fim da ditadura militar e conquista da democracia. Contexto que influenciou a profissão e, respectivamente, o seu Código de Ética.

O Código de Ética de 1986 (CE/86) foi construído de forma coletiva, por meio da entidade representativa da categoria, no período com nomenclatura de Conselho Federal e Regional de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) – e se colocou como parte de um projeto profissional que se articula com um projeto de sociedade (BARROCO; TERRA, 2012). Assumiu-se o Código de Ética Profissional, aprovado em 1986<sup>4</sup>, com a ideia de compromisso com a classe trabalhadora. O Código trouxe também a ruptura com o corporativismo profissional.

Partindo dessas pontuações podemos verificar que o Serviço Social, ao final dos anos 1980 foi robustecendo seu protagonismo intelectual e político na formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante. Durante a década de 80 o processo de rompimento com o conservadorismo gerou na profissão a pluralidade teórico-metodológica, mas também fortaleceu as orientações marxistas tendo como central os princípios de democracia, justiça social, liberdade, e dignidade humana, definidos e explicitados no Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1997), marco significativo para a profissão e formação nos anos 90.

O atual Código de Ética de 1993 (CE/93), indica os princípios fundamentais a nortearem os/as profissionais, entre eles: o reconhecimento da liberdade, a democracia, a defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a eliminação de preconceitos, a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação, dentre outros. (BARROCO; TERRA, 2012; CFESS, 2011).

Na década de 1990 a formação profissional também fez parte da pauta de discussão, principalmente após a aprovação do código de ética de 1993, num extenso debate que culminou nas Diretrizes Curriculares/96, as quais juntamente com a Lei de regulamentação da profissão 8.662/93<sup>5</sup> perpassou fundamento essencial à materialização do Projeto Ético-Político<sup>6</sup> (IAMAMOTO, 2013).

No curso de Serviço Social, as diretrizes curriculares fazem parte do processo de revisão curricular iniciado em 1994, buscando a avaliação da formação para atender exigências da contemporaneidade (BARROCO; TERRA, 2012). Neste sentido, a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foi responsável pelas atividades que elaboraram e aprovaram as diretrizes curriculares em 1996<sup>7</sup>, com

---

<sup>4</sup> Conforme Barroco (2009) operacionalmente o Código de Ética de 1986 não desenvolveu, suficientemente, os pressupostos teóricos orientados pelo marxismo. Assim, com sua reformulação em 1993, torna-se evidente a importância da dimensão ética e política, além da afirmação dos valores emancipatórios, como visa à perspectiva marxista.

<sup>5</sup> A profissão encontra-se regulamentada pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 que definem em seus Artigos 4º e 5º, respectivamente, competências e atribuições privativas do Assistente Social

<sup>6</sup> Segundo Netto, os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (1999, p. 95).

<sup>7</sup> Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o

mobilização e apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com

Capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Nesse sentido, as diretrizes curriculares demonstram a historicidade de uma profissão que “se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.60) Elas possibilitam a flexibilidade e descentralização do ensino de Serviço Social com interesse de acompanhar as transformações para melhor qualificar o/a profissional, ao exigir que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.59).

As Diretrizes indicam uma lógica curricular, em três núcleos de fundamentos, são eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Para Iamamoto (2013, p. 71-72) permitem articular um conjunto de conhecimentos essenciais para formação do/a assistente social, tendo em vista a complexidade do real e suas multifaces, proporcionando conteúdos que auxiliam a compreender a construção histórica e social dos elementos constitutivos da profissão, assim como articular dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, fundamentais para a atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Tais núcleos não são autônomos nem subsequentes, expressando níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional. Eles se tornam eixos articuladores dos conteúdos fundamentais para formação e trabalho profissional “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

Dessa forma, as matérias se dividem em diferentes componentes curriculares, que recebem forma didático-pedagógica diferenciadas, a exemplo: disciplinas, seminários temáticos, complementares e dentre outros; além das atividades integradoras do currículo, como o estágio supervisionado.

Essas diretrizes caracterizam o amadurecimento do Serviço Social brasileiro e de sua apreensão do método materialista histórico dialético. Os fundamentos ganham densidade e indicam para uma formação acadêmico-profissional capaz preparar os profissionais para o trabalho de forma crítica e reflexiva.

Contudo, os anos 1990 também foram marcados pelos efeitos da agenda neoliberal de flexibilização da economia e de reestruturação do produtiva, com ajustes e/ou desmontes dos direitos e políticas sociais, a exemplo da educação brasileira, e em especial a educação superior.

Em vista disto, se faz necessário refletir brevemente sobre os desafios da formação no contexto neoliberal de aligeiramento e desmonte da educação pública. Segundo Behring (2008, p.129) “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente agressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado”. Neste sentido, o Serviço Social enquanto profissão liberal marcada pela divisão técnica e social do trabalho padece de grandes mudanças em seus processos de formação de trabalho profissional.

Com o neoliberalismo<sup>8</sup>, o Serviço Social sofre rebatimentos no fazer profissional, tencionado pelo contexto adverso a partir da década de 1990, de desmantelamento dos direitos sociais conquistados e com o desmoronamento da legislação trabalhista, assim como, na formação profissional ao se deparar com a privatização e o sucateamento da educação pública (IAMAMOTO, 2017).

Na formação, o neoliberalismo beneficia o avanço do neoconservadorismo, não apenas no interior da profissão mais em todos os âmbitos sociais. O neoliberalismo se apresenta de forma mais acentuada na profissão a partir dos anos 2000, com a contrarreforma do Ensino Superior que perpassa todas as áreas do conhecimento e evidencia uma maior sujeição ao capital e interesses de organismos internacionais (BOSCHETTI, 2015).

Nessa direção, surge um ensino aligeirado, padronizado, e com forte desfinanciamento, ocasionando uma competitividade e sujeição ao capital, da mesma maneira, com crescimento da Educação a Distância (EAD), muitos desses traços são fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal.

Segundo Boschetti (2015) ouve um aumento significativo dos profissionais de Serviço Social após a expansão das EAD's, mas em sua maioria estas instituições não estão voltadas para uma formação reflexiva e crítica, provocando a reatualização de traços conservadores e pensamento pós-moderno à revelia das diretrizes curriculares, assim como, se distanciando do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

Na contemporaneidade, o Brasil vivenciou inúmeros retrocessos econômicos e políticos, que afetaram as condições de vida da classe trabalhadora. Desde 2018, cresce os níveis de desigualdade social e a questão social mertamorfosea-se com novas roupagens. Um cenário demarcado por desigualdades sociais se agudiza com a crise política do país que amplia a agenda conservadora e neoliberal.

No ano de 2020 a crise capitalista existente se potencializa com a pandemia da Covid-19. O fechamento do comércio, das escolas, das indústrias e a necessidade do distanciamento social, ocasionou o aumento do desemprego e a precarização do trabalho. Uma situação caótica que, no Brasil, se agravou com a escassez de ações governamentais alinhadas com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

---

<sup>8</sup> O ideário neoliberal surgiu, inicialmente, como uma doutrina, por meio do texto de Fredrich Hayek: “O Caminho da Servidão”, publicado em 1944, defendendo um pensamento contra-hegemônico em oposição ao Welfare State. Na década de 1970, quando a crise econômica iniciada com o aumento do preço do petróleo em 1974 levou ao questionamento do Estado de Bem-Estar Social e ao modelo soviético de organização social, ou seja, quando o Estado de bem-estar entrou em crise, ele se apresentou como solução ao desenvolvimento capitalista, sendo implantado como programática ídeo-política e teórica a partir de 1973. Conjuga elementos do liberalismo clássico e realização de políticas sociais – pautadas numa lógica focalista, privatista e descentralizada. Foi implementado na Inglaterra, em 1979, nos Estados Unidos, em 1980 e o Consenso de Washington – realizado em 1989 – determinou que fosse implantado em todos os países capitalistas para reverter a crise do capital.

Durante a pandemia, com a substituição emergencial do ensino presencial pelo ensino remoto<sup>9</sup>, estudantes, professores, e a comunidade acadêmica, precisaram enfrentar inúmeros desafios no processo de adaptação das aulas mediadas por novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Além da falta de acesso à internet e de equipamentos digitais adequados, sobretudo, para estudantes oriundos das classes subalternas.

A pandemia acirrou as desigualdades sociais, a precarização da educação, da formação profissional, do estágio profissional<sup>10</sup>, e sobrecargou de afazeres com o teletrabalho.

Ademais, o ensino remoto, acelerou a tendência ao EAD<sup>11</sup>, provocando resistência entre aqueles que consideram que esta modalidade inviabiliza uma formação de qualidade, além de “desconsiderar” a luta do Serviço Social “por uma educação pública, de qualidade, presencial e gratuita” em todos os níveis. O que se busca garantir é a “abertura de vagas públicas em cursos presenciais por todo o país, nas capitais e no interior, de forma qualificada e responsável com a qualidade do processo formativo” (CFESS, 2014, p. 35).

Assim, defender as Diretrizes Curriculares de 1996, a Lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética profissional é um compromisso na defesa do projeto ético político profissional, portanto, a importância de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes da entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas à entidade.

Santiago e Gonçalves (2012) evidenciam a necessidade de uma formação política, ética e crítica de qualidade, para que os profissionais intervenham na realidade de forma crítica e efetiva. Vale destacar que, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS definem o perfil do bacharel em Serviço Social como:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 27)

---

<sup>9</sup> O processo do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, tendo em vista a pandemia da Covid-19, impactou a formação profissional em Serviço Social, segundo Cunha (2020) evidenciou que o ensino remoto é excludente e agrava a qualidade da educação pública e a desigualdade educacional, em razão de não garantir a aprendizagem, a qualidade e o direito e/ou a igualdade de acesso à educação para todos os estudantes.

<sup>10</sup> No desempenho da autonomia universitária e considerando as particularidades, os centros universitários responderam de variadas formas ao enfrentamento da COVID-19, através de suspensão do calendário letivo, adiamento de início de períodos, postergação das atividades, suspensão de estágios, aulas remotas e dentre outros. Em serviço social, o estágio supervisionado foi suspenso, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) manifestou-se pela suspensão das atividades de estágio supervisionado no serviço social, e vinculado às medidas tomadas nas universidades e respectivas instituições que ofertam campo de estágio.

<sup>11</sup> Nos anos 2000 verificou-se a proliferação de cursos de graduação privados, de baixa qualidade, e implementação do ensino de graduação à distância, com prejuízo ao ensino presencial.

Com isso, ele atua em diferentes áreas, principalmente por meio da mediação de políticas públicas e privadas, isto é, sendo requisitado para o planejamento, gestão e execução de programas, projetos, políticas e serviços sociais.

Dessa forma, ao referirmos o processo de formação, não há como deixar de refletir sobre a importância e relevância do estágio obrigatório, ao qual, discutiremos no próximo item, como fundamental neste processo de formação, considerado como “a atividade de aprendizagem social, profissional, cultural, ou seja, ele começa por remeter diretamente ao sentido que essa atividade, efetivamente, deve portar no âmbito da formação” (JOAZEIRO, 2008, p.75).

Assim, através das pontuações realizadas observa-se que a formação acadêmica profissional em Serviço Social empreende uma grande inflexão do conservadorismo à uma perspectiva crítica e emancipatória, visando formar profissionais comprometidos com a defesa de direitos, críticos e propositivos.

### **3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL**

No Brasil, o estágio em Serviço Social originou-se em suas primeiras Escolas, demonstrando a preocupação com a qualidade na formação de profissionais, contudo, destacamos que esse período tinha um caráter pragmático, focado no saber fazer, descolado da leitura da realidade como totalidade e suas determinações concretas sobre as expressões da questão social, que chegavam para o Serviço Social como demandas.

O estágio em Serviço Social é fundamental para a formação dos futuros profissionais, sendo o momento de realizar articulações entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa<sup>12</sup>. Assim, o estágio supervisionado é uma oportunidade única e indispensável no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com o/a estudante estagiário/a do Curso de Serviço Social do ponto de vista reflexivo, prático e teórico-metodológico, na construção qualificada do seu perfil profissional.

Segundo Guerra (2016):

O estágio permite que o estudante vivencie e capture o significado da profissão na rede de relações sociais, o lugar que ela ocupa na divisão sociotécnica do trabalho, sua funcionalidade ao padrão de sociabilidade dominante, o antagonismo dos interesses e demandas que se põe à profissão, sua instrumentalidade como condição de alcance de seus objetivos, o que realmente é e faz; a intencionalidade dos meios mobilizados e sua adequação às finalidades (GUERRA, 2016, p. 111)

O estágio supervisionado é uma atividade inerente às profissões. É nessa fase que os/as estudantes encontram a possibilidade de construir mediações os fundamentos teóricos, éticos e metodológicos aprendidos, ou seja, o estágio se apresenta como um mecanismo de aprendizado através do exercício de funções profissionais, aprendidos em escolas ou universidades. (MAFUANI, 2011). É um momento importante na formação

---

<sup>12</sup> A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

do/a acadêmico/a oportunizando experiências e vivências no meio profissional, devendo também contribuir para preparar para o mercado de trabalho. As Diretrizes Curriculares de 1996 definem o estágio como:

Uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base e, planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei de ética do Profissional (1993) (CRESS, 2009, p.56).

Nesse sentido, para conceituar o estágio, iremos nos referenciar em três autoras com destacada produção sobre o tema na literatura do Serviço Social: Oliveira (2004), Buriolla (2001) e Lewgoy (2010).

De acordo com Oliveira (2004, p. 59), o estágio é definido como “uma atividade curricular obrigatória que se estabelece a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional, com o objetivo de sua capacitação para o exercício profissional”.

Buriolla (2001, p. 13) identifica o estágio supervisionado como um campo de treinamento e do fazer concreto, enfatizando que o estágio é “o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida, volta-se para desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente”.

Para Lewgoy (2010, p. 232), é no estágio onde o/a estudante transforma o que aprendeu em posturas, serviços e informações, “[...] momento em que se dá a construção da identidade profissional do aluno, tanto este como o supervisor devem estar envolvidos num processo de reflexão e crítica alicerçado nos conhecimentos teóricos-metodológicos [...]”.

Nota-se então, a relevância do estágio na capacitação e aprendizagem do acadêmico e quanto deve ser compreendido na qualidade de dimensão formadora, viabilizando aos estudantes os instrumentos de preparação para a introdução e inserção no mercado de trabalho.

Como o estágio faz parte das profissões, se encontra na Lei N.º 11.788/2008. A Lei de estágios, de 2008, demanda garantir os princípios existentes por trás dessa modalidade, caracterizada no Art.1º, como “ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho”. Desta forma, buscando impedir práticas classificadas como exploração de trabalho. No Art.1º, incisos 1 e 2:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Observa-se o caráter educativo garantido ao estagiário, o preparo para o futuro profissional, não apenas uma especialização de sua mão de obra como consta em

legislações anteriores<sup>13</sup>. Ademais, o estágio pode ser obrigatório e não obrigatório<sup>14</sup>. O estágio obrigatório está presente nos termos do §1º, do art. 2º, da Lei nº 11.788/2008 e do § 2º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015 - CCEPE como requisito para a conclusão de curso, estando presente na grade curricular de formação devendo o estudante cumprir a carga horária<sup>15</sup> determinada de estágio para aprovação e obtenção do diploma.

No que tange ao estágio não obrigatório se diferencia por ser opcional, sendo do interesse e escolha do estudante (§ 3º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015). O mesmo pode ser integralizado como uma das atividades complementares, assim como exige acompanhamento e supervisão direta tal como o estágio obrigatório, além de constar na Política de Estágio do curso.

A experiência adquirida durante o processo de estágio é fundamental para o crescimento enquanto acadêmico/a e futuros/as profissionais, onde a experiência, somada com o conhecimento adquirido em sala de aula, é essencial para atuar de forma crítica, frente às situações reais do cotidiano profissional.

Nesse contexto, assim como evidência as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social o estágio supervisionado é um espaço fundamental para visualizar a unidade entre teoria e prática, além de capacitar o discente para intervir frente às diferentes expressões da questão social “É preciso salientar que, no que tange à formação profissional, os campos de estágio se constituem importantes espaços para a realização da reflexão sobre vários aspectos da formação e, principalmente, de como se dá o exercício profissional” (CARIAGA; SILVA, 2016, p. 90-91).

Portanto, o estágio supervisionado em Serviço Social constitui um processo de capacitação profissional, considerando que a materialização do estágio curricular deve “ocorrer em consonância com os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro” (ABEPSS, 2010, p. 12).

A Política Nacional de Estágio (PNE) na área do Serviço Social se iniciou com o lançamento, em maio de 2009, do documento de base<sup>16</sup> que permeou o debate coletivo em eventos realizados no país, que discutiram o referido documento e encaminharam propostas para a versão final da PNE. Essa política aponta três sujeitos protagonistas do estágio supervisionado em Serviço Social<sup>17</sup>: o/a estagiário/a, o/a supervisor/a acadêmico/a e o/a supervisor/a de campo.

---

<sup>13</sup> O Decreto Federal nº 87.497/82 regulamentou a Lei Federal nº 6.494/77, caracterizando claramente o estágio supervisionado como “estágio curricular”, vinculado com a prática escolar do acadêmico e não como um simples apêndice da atividade escolar, como se fosse uma “atividade extracurricular”. Assim como, o Artigo 2º do Decreto regulamentador considera como estágio curricular “as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação de uma instituição de ensino”.

<sup>14</sup> Estas definições também se encontram na Lei 11778 de 25 de setembro de 2008, respectivamente nos parágrafos 1º e 2º do 2º artigo presente no capítulo I

<sup>15</sup> A carga horária proporcionada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve cumprir o mínimo de 15% das 3.000 horas do curso de Serviço Social, de acordo com o parecer nº 8/2007 e a Resolução nº 2 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC.

<sup>16</sup> Elaborado em abril de 2009 pelo GT PNE da ABEPSS, instituído pela ABEPSS em sua primeira Reunião Ampliada da Diretoria eleita para a Gestão 2009-2010, realizada entre os dias 16 e 18 de março de 2009 - RJ.

<sup>17</sup> A supervisão em Serviço Social é atribuição privativa do/a profissional graduado/a em Serviço Social, de acordo com a alínea VI do artigo 4º da Lei 8.662, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

### Em relação à supervisão no ensino de Serviço Social:

Envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo Assistente Social, no contexto do campo de estágio (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

Ao supervisor acadêmico, entre outras atribuições, cabe auxiliar o/a estagiário/a no processo de sistematização do conhecimento, revisando as produções teóricas e orientando o processo de estágio. Este/a docente da instituição de ensino deve ser assistente social e somente poderá exercer essa função se estiver devidamente inscrito no CRESS (ABEPSS, 2010).

No que tange, ao supervisor/a de campo cabe a responsabilidade pela supervisão técnica na instituição onde se realiza o estágio supervisionado em Serviço Social, visando acompanhar, orientar e avaliar o estudante, conforme o plano de estágio<sup>18</sup> (IDEM, 2010)

De acordo com a Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, o artigo 5º que dispõe sobre atribuições privativas do/a assistente social prevê: “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social. Portanto, apenas assistentes sociais podem assumir atividades de supervisão direta<sup>19</sup>”. A PNE/ABEPSS também ressalta:

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do/a professor/a supervisor/a no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades práticas institucionais da/o estudante pelo/a Assistente Social, nos campos de estágio (PNE/ABEPSS, 2009, p.19).

Para uma experiência de estágio bem-sucedida é fundamental uma sistemática orientação de supervisores de campo e acadêmico. As indagações, debates e leituras propostas durante os encontros formativos possibilitam observações sobre a atuação no estágio, refletindo sobre os diversos aspectos que permeiam o cotidiano dos/as profissionais em seus campos de atuações. Assim, contribuem com o desenvolvimento de competências profissionais e para o conhecimento da realidade. A PNE destaca:

A importância do artigo 4º da Resolução CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, e define que para realização do estágio faz-se necessário a existência de um projeto de trabalho da unidade de formação acadêmica e um plano de estágio no âmbito da instituição, além dos relatórios dos estudantes. Tais exigências são fundamentais para assegurar que o estágio se constitua, de fato, em uma

---

<sup>18</sup> O Plano de Estágio é instrumento de planejamento das atividades de estágio, previsto pela Lei 11.788/2008. Deve ser construído conjuntamente pelo supervisor acadêmico, pelo supervisor de campo e pelo estudante.

<sup>19</sup> Nesse sentido, assumir supervisão de estágio supervisionado de instituição na qual não atue como Assistente Social configura infração ética, ou seja, se a supervisão não for direta (assim como prevista na lei 8.662/93).

atividade pedagógica constitutiva do processo de formação profissional. (ABEPSS, 2010, p. 33).

Portanto, orientar o/a estagiário/a no campo requer capacitação e atualização, ao mesmo tempo que representa um componente importante para a própria atualização profissional, considerando a relação pedagógica/didática do/a supervisor/a de campo junto ao/a estagiário/a.

Ademais, o/a assistente social atua com nas expressões da questão social nas suas mais diversas expressões, assim como os indivíduos experimentam na família, no trabalho, na área de assistência social pública, habitacional, na saúde e dentre outros (IAMAMOTO, 2007). Nesta direção, a atuação profissional pode ser realizada em várias áreas, entre elas, a saúde.

Sendo uma das maiores áreas de atuação profissional desde sua origem, no campo da saúde o/a assistente social deve atuar junto às expressões da questão social e tendo como elementos principais o contato, o diálogo, e a escuta do/a usuário/a. O Serviço Social auxilia na implementação e formulação de políticas sociais, contribuindo diretamente com o processo de mobilização da sociedade, efetivação de seus direitos e pleno exercício da cidadania.

Na atenção à saúde, no Brasil, segundo Bravo (2013) o/a Assistente Social foi relacionada à profilaxia de doenças transmissíveis e hereditárias, ganhando uma conotação de caráter ideológico a partir de 1920 e, sancionada pela Igreja, como vimos anteriormente.

Em sequência, o Serviço Social, na década de 1940 é recrutado para atuar na saúde, segundo Bravo e Matos (2004, p. 29):

Sua atuação centrava-se na prática educativa com intervenção normativa no modo de vida da “clientela”, com relação aos hábitos de higiene e saúde, e atuou nos programas prioritários estabelecidos pelas normatizações de saúde, (...) nesse período, o Assistente Social vai atuar nos hospitais colocando-se entre a instituição e a população, a fim de viabilizar o acesso a dos usuários aos serviços e benefícios. Para tanto, o profissional utiliza-se das seguintes ações: plantão, triagem ou seleção, encaminhamento, concessão de benefícios e orientação previdenciária.

Nessa conjuntura, o Serviço Social atuava sob uma lógica burocrática e centralizada do Estado. A saúde no Brasil estava limitada a atendimentos a pessoas vinculadas à Previdência Social, portanto que tinham vínculo empregatício formal e que contribuíam financeiramente com o sistema previdenciário. Manteve-se este atrelamento da saúde à previdência até os anos 1970, quando se desencadeou o movimento denominado de Reforma Sanitária<sup>20</sup>, orquestrado por trabalhadores da saúde, pesquisadores e estudiosos do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), objetivando a ampliação do acesso aos serviços e defendendo a saúde como direito social do indivíduo (BRAVO, 2013).

As propostas do movimento foram acatadas na 8<sup>o</sup> Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em 1986, e serviram como base para Reforma Sanitária, prevendo a saúde como direito social e de acesso universal (Idem).

Sua atuação na política de saúde passou por mudanças significativas ao ser garantido na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196, que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à

---

<sup>20</sup> A Reforma Sanitária, então compreende uma série de mudanças que estão além do âmbito financeiro e administrativo, e promove a ampliação da saúde, de modo que sejam incorporados os ideais de promoção, proteção e recuperação da saúde, em uma perspectiva mais abrangente. (FERREIRA et al, 2017, p.6).

redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, portanto, estabeleceu um marco decisório: a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A criação do SUS mudou a forma de prestar serviços de saúde à população brasileira, conforme consta no Art. 198 da Carta Magna. Segundo a CF de 1988, a nova política de saúde deve atuar na prestação de serviços a começar de uma rede preparada em um único sistema, de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. [...]. (BRASIL, ART 196, 1988, p.117).

A partir do reconhecimento da saúde como direito social de todos, coloca-se fundamental e significativa atuação do/a assistente social na garantia de direitos dos/as usuários/as na atenção à saúde. Portanto, a CF de 1988 também se torna um marco histórico para o Serviço Social brasileiro.

Nessa direção, temos um Serviço Social atuando nesta política, assim como em outras áreas ocupacionais, orientados e norteados por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93).

Atuando na política de saúde, o/a Assistente Social possui como competências inferir sobre os fenômenos socioculturais e econômicos que possa intervir no processo saúde-doença, isto é, sua capacidade de identificação através do olhar treinado e sensível sobre as expressões da questão social do/a usuário/a, buscando viabilizar ao mesmo o acesso aos programas de proteção, promoção e recuperação da saúde (BRAVO, 2013). Por conseguinte, temos algumas ações principais a serem desenvolvidas pelo profissional na política de saúde:

Democratizar as informações por meio de orientações (individuais e coletivas) e /ou encaminhamentos quanto aos direitos sociais da população usuária; Construir o perfil socioeconômico dos usuários, evidenciando as condições determinantes e condicionantes de saúde, com vistas a possibilitar a formulação de estratégias de intervenção por meio da análise da situação socioeconômica (habitacional, trabalhista e previdenciária) e familiar dos usuários, bem como subsidiar a prática dos demais profissionais de saúde; Enfatizar os determinantes sociais da saúde dos usuários, familiares e acompanhantes por meio das abordagens individual e/ou grupal; Facilitar e possibilitar o acesso dos usuários aos serviços, bem como a garantia de direitos na esfera da seguridade social por meio da criação de mecanismos e rotinas de ação; Conhecer e mobilizar a rede de serviços, tendo por objetivo viabilizar os direitos sociais por meio de visitas institucionais, quando avaliada a necessidade pelo Serviço Social; Fortalecer os vínculos familiares, na perspectiva de incentivar o usuário e sua família a se tornarem sujeitos do processo de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde; Buscar garantir o direito do usuário ao acesso aos serviços e Emitir manifestação técnica em matéria de serviço social, em pareceres individuais ou conjuntos, observando o disposto na Resolução CFESS nº 557/2009 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 44 - 45).

Segundo os Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010), o/a Assistente Social atua em quatro eixos: atendimento direto aos

usuários; investigação, planejamento e gestão; mobilização, participação e controle social; assessoria, qualificação e formação profissional. Logo, a área de saúde também contribui para a aproximação com as políticas sociais, equipe multiprofissional, a rede de apoio e a perspectiva da garantia de direitos.

Em âmbito hospitalar atuam diretamente em conjunto com equipe multidisciplinar, segundo Mello (2012):

O Assistente Social em uma equipe interdisciplinar de saúde é o profissional que identifica as necessidades dos usuários e as condições sociais em que ele está inserido numa perspectiva de totalidade, passando a interpretar junto à equipe aspectos relevantes no âmbito social. Com isso, o mesmo utiliza-se de seus conhecimentos teórico-prático para ser um proponente de novas modalidades de enfrentamento das situações (MELLO, 2012. p.02).

Assim, o profissional pode apresentar propostas que vislumbrem respostas, ações e saberes, para além da requisição da instituição, isto é, deve atuar também objetivando os interesses dos usuários/as e viabilizando o acesso as garantias dos direitos sociais.

Nesta perspectiva, o Conselho Regional de Serviço Social conforme o parecer, afirma que:

O Serviço Social se insere na equipe de saúde como profissional que articula o recorte social, tanto no sentido das formas de promoção, bem como das causalidades das formas de adoecer, intervindo em todos os níveis dos programas de saúde. O Assistente Social como profissional de Saúde tem competência para atuar junto aos fenômenos sócio-culturais e econômicos que reduzem a eficácia da prestação dos serviços no setor, quer seja ao nível de promoção, prestação e/ou recuperação da saúde. O Assistente Social é, pois, um profissional de saúde que vem corroborar a posição que emerge da categoria – fruto de avanços obtidos na trajetória histórica da profissão -, buscando a garantia da qualidade na prestação de serviços de saúde, numa perspectiva de universalidade e integralidade à população brasileira; (CFESS; ANAS; ABESS, 1990 apud DANTAS, 2019, p. 5).

Neste sentido, o estágio no campo da saúde permite ao/a estudante compreender a importância do Serviço Social na área, assim como, a contribuição para formação profissional. Colocando o desafio de refletir sobre as habilidades e competências a começar das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Assim, o estágio permite potencializar a reflexão crítica da realidade e produção de conhecimento, com vistas a atender as necessidades dos usuários dos serviços de saúde.

#### **4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO (HUAC)**

Neste item apresentamos a experiência de estágio obrigatório realizado no HUAC, através de uma abordagem qualitativa e descritiva dos aspectos vivenciados, buscando relatar a trajetória vivenciada na clínica médica masculina (ALA D) e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) adulto, no período de maio de 2022 a dezembro de 2022.

O estágio foi dividido em dois semestres letivos, no ano de 2022. O primeiro, foi reservado à observação para apreender o fazer profissional e as demandas e respostas atribuídas a situação de necessária intervenção pelos/as profissionais. Na

ocasião, foi realizado o reconhecimento do HUAC através das visitas às alas, com oportunidade de apresentação às demais assistentes sociais, além de outros profissionais, em especial da ALA D e UTI adulta, espaços de responsabilidade da profissional imbuída da nossa supervisão de campo.

Posteriormente, a fase de observação e os registros feitos em diário de campo, permitiram a construção da caracterização do campo de estágio, composta da estrutura da instituição, assim como, seu funcionamento.

O Hospital Universitário Alcides Carneiro foi fundado em 10 dezembro de 1950, completando em 2023 seus 73 anos de funcionamento. Apresentando-se como centro de referência ao ensino e assistência médica no Nordeste, sendo responsável pela formação de diversos profissionais (EBSERH, 2020).

Inicialmente surgiu com o nome de Hospital Regional Alcides Carneiro e prestava assistência médica aos funcionários públicos federais do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPASE), mas por volta de 1979 suas dependências foram concedidas ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) e o IPASE passa a ser gerido por este. (IDEM, 2020)

Com a CF de 1988 e a instituição do SUS, o INAMPS foi extinto. A partir de então, foram firmados convênios entre os Ministérios da Saúde e da Educação, pela resolução de 31 de junho de 1990, resultando na integração entre saúde e educação. Desta forma, o patrimônio físico e os recursos humanos do hospital foram cedidos à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), surgindo o complexo Universitário Alcides Carneiro, com duas unidades hospitalares: o hospital cedido pelo Ministério da Saúde à UFPB, e a unidade II abrigando o efetivo profissional do extinto INAMPS, somando ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da referida universidade, passando a denominar-se Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC).

Em 2002, o HUAC passou a ser vinculado administrativamente à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) através da Lei nº 10.419/02, instituição criada a partir do desmembramento da UFPB (EBSERH, 2020). Atualmente, o HUAC é gerido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), depois que discussões se prolongaram por três anos nas várias instâncias universitárias. Vale ressaltar que durante este período houve reuniões e encontros de profissionais do hospital, além de pessoas da comunidade buscando impedir a adesão. Diante deste contexto, os/as assistentes sociais em atuação no HUAC foram contrários à adesão à empresa que integra processo de contrarreforma do Estado,

O setor de Serviço Social se posicionou contrário à adesão da EBSERH no HUAC. Participando, em conjunto com profissionais da enfermagem e de outros setores, das atividades e assembléias promovidas para discutirem o processo de adesão, pois são profissionais comprometidos com a promoção do SUS universal e gratuito para todos e que atuam com o intuito de garantir o atendimento de qualidade aos usuários. (FERREIRA et al, 2017a, p.19)

Dessa forma, a adesão à EBSERH teve resistência por parte de alguns órgãos representativos, profissionais da saúde, assim como de usuários/as. Mas a UFCG assinou o contrato de adesão em dezembro de 2015, considerando implantar melhorias físicas, educacionais e tecnológicas na unidade.

Localizado na cidade de Campina Grande – PB, no bairro do São José, na Rua Carlos Chagas, sem número, a instituição hospitalar atende usuários de diferentes microrregiões da Paraíba e Estados vizinhos. Destaca-se no cenário regional pela assistência interdisciplinar e multiprofissional na área de saúde essencialmente em especialidades de Clínica Médica, Infectologia, Endocrinologia, Pediatria,

Oncopediatria, Genética Médica, Oncologia Clínica, Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social.

O Hospital tem se constituído um espaço de prática para discentes da UEPB e UFCG, atuando no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertando à população serviços qualificados e especializados em saúde. O HUAC possui uma área construída de 16.584,49 m<sup>2</sup>, entre outras dependências:

5 salas de aula; 1 Biblioteca; 2 auditórios (1 central e 1 telemedicina); 09 leitos de UTI Pediátrico; 10 leitos de UTI Adulto; 45 leitos Pediátricos; 29 leitos de Cirurgia; 62 leitos de Clínica Médica; 08 leitos de observação em Pronto Atendimento; Bloco Cirúrgico com 06 salas de Cirurgia; 02 salas de Cirurgia Ambulatorial; 58 consultórios no Centro de Assistência Especializada em Saúde e Ensino CAESE; 2 laboratórios (1 Anatomia Patológica e 1 Análises Clínicas); Possui também, em anexo inaugurado, a Unidade da Mulher. (Plano Diretor Estratégico, 2021-2023).

O HUAC é composto por: atendimento infantil e adulto, farmácia, UTI adulta e pediátrica, departamento de enfermagem, setor de transporte, faturamento, setor de nutrição, departamento de psicologia e serviço social, almoxarifado, hotelaria, ultrassonografia, radiodiagnóstico, ecocardiografia, fissionaria, quimioterapia, comitê de ética, refeitório, lavanderia, setores de internação, Atendimento Especializado em Serviços de Emergência (CAESE), Pronto Atendimento (PA), dentre outros.

Conforme o regimento formal do hospital (Resolução Nº 02/2006), são objetivos desta instituição hospitalar:

Desenvolver e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e das ciências afins; desenvolver ações e serviços para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde da comunidade; participar da formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a área de saúde e das ciências afins, dentro de parâmetros éticos e bioéticos; Firmar-se como hospital de referência e contra referência do Sistema Único de Saúde – SUS. (CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFCG, 2006 apud FERREIRA et al 2017)

Através do Fundo Nacional de Saúde (FNS), o Ministério da Saúde é responsável pela verba para custeio de despesas com a compra de medicamentos, serviços terceirizados, material de limpeza e outros, além de atuar na contratualização dos serviços ofertados; ao Ministério da Educação a responsabilidade do pagamento dos funcionários (EBSERH, 2020).

Conforme observado ao longo do estágio, o HUAC assume a missão de servir à assistência médico-hospitalar humanizada e de qualidade as/os seus/as usuários/as, associada à formação de profissionais de saúde com excelência, além de ser destaque na atenção à saúde, é responsável pela formação de inúmeros profissionais da área e pelo fomento da pesquisa e da extensão.

A partir das vivências no decorrer do estágio e relatos de algumas assistentes sociais, registrados em nosso diário de campo, o Serviço Social surgiu no HUAC quando a instituição se chamava Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), atuando no serviço através do Núcleo Ambulatorial de Psiquiatria (NAP). Por volta de 1991, uma assistente social foi escolhida para coordenar o setor e as demais distribuídas nas alas do hospital. O trabalho na instituição consistia em atender às demandas trazidas pelos/as usuários/as, buscando criar estratégias que assegurassem aos/às mesmos/as o direito à saúde.

Em 2022, ano no qual o nosso estágio foi realizado, o setor de Serviço Social contava com 12 profissionais. Observamos um reflexo da precariedade, uma sobrecarga de funções para as profissionais devido ao quadro diminuindo, em razões de pedidos de transferência, aposentadoria, licenças em saúde e outros. Assim, a divisão das atividades acaba sendo complexa e com acúmulo de demandas advindas das alas, do CAESE, do PA, das UTIs adulto e pediátrica, dentre outros.

Os desafios postos às assistentes sociais são muitos: as salas do Serviço Social, por exemplo, não oferecem estrutura suficiente para um atendimento adequado às necessidades do serviço. A estrutura física do hospital conta com três salas destinadas ao Serviço Social: uma no Pronto Atendimento (PA), uma sala no Centro de Assistência Especializada em Saúde e Ensino (CAESE), e uma sala no setor de oncologia. A problemática é ainda maior quando se trata da sala disponibilizada no PA, atuando três assistentes sociais no setor. Portanto, a falta de salas individuais e apropriadas acabam comprometendo um atendimento sigiloso e ético. Neste sentido, com o avanço da contrarreforma na política de saúde os/as assistentes sociais sofrem impactos em suas condições de trabalho, no desfinanciamento e sucateamento dos serviços ofertados implicando nas resoluções postas às demandas do cotidiano.

Nota-se também que em muitas situações os/as usuários/as passam pela instituição desconhecendo a presença do Serviço Social, sendo necessário esclarecimentos e orientações para que possam ter clareza dos seus direitos como cidadãos. Por parte de alguns profissionais em atuação no hospital, também é possível perceber um desconhecimento, associando o/a assistente social ao assistencialismo e como mediador de conflitos. Assim, a luta e resistência do Serviço Social é diária, de enfrentamento tanto direcionadas para a formação quanto para o exercício profissional.

No HUAC o/a assistente social atua de forma interdisciplinar com os/as demais profissionais de saúde, objetivando identificar os fatores sociais que intervêm no processo saúde-doença do/a usuário/a. No que tange às demandas postas na instituição estão relacionadas à socialização e informação quanto às normas e rotinas hospitalares; orientações aos/as usuários/as quanto aos direitos e programas sociais; visitas e acompanhamento ao leito, dentre outros. Ressaltamos que algumas demandas são postas pela equipe multidisciplinar, contudo, nem todas as requisições ao setor de Serviço Social são competência do mesmo, como: a comunicação de óbitos e declaração de comparecimento.

Ademais, atua na elaboração de relatórios e pareceres quando identificada a violação de direitos, ou solicitação clínica; a realização de entrevista social visando conhecer o perfil socioeconômico do/a usuário/a, identificando a sua relação com o processo saúde-doença e entre outras demandas.

Nessa direção, destacamos a importância da formação profissional em sala de aula, assegurando ao/a estagiário/a relacionar, em ambiente de prática, às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, identificando em campo de estágio o processo de acolhimento, escuta sensível e fundamentada, construção e fortalecimento de vínculos, ou seja, relacionar o campo de estágio à fundamentação teórica da profissão, bem como destacando a importância destas dimensões que permeiam o Serviço Social, por meio das demandas atendidas. Sendo necessário uma fundamentação teórica que permita realizar uma leitura da realidade para que transcorra a compreensão de homem e sociedade, fortalecendo o agir profissional.

Portanto, no primeiro semestre, à luz das observações e reflexões proporcionadas, permitiu entender a necessidade de assistentes sociais, que não apenas respondam às demandas postas, mas apropriem-se criticamente e entendam seus significados, de maneira qualificada. Identificamos a importância da instrumentalidade

no exercício profissional ao longo do estágio. Observamos que, ao definir quais os instrumentos serão usados em resposta às demandas requer planejamento, onde se deve questionar o “por quê”, “para quê” e “como” determinado instrumento deve ser empregado.

Diante do exposto, os principais instrumentais utilizados pelo Serviço Social no cotidiano da ala D e UTI adulta, são eles: acolhimento, entrevista social, observação e o parecer social.

Nessa perspectiva, as mediações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas expressas no suporte instrumental são fundamentais para intervenção profissional, sendo condição necessária do processo de trabalho do/a assistente social. Ademais, estes instrumentais não são os únicos utilizados e atividades desenvolvidas percebidas durante o estágio, muitas são as atribuições do Serviço Social observadas e posteriormente realizadas contando com monitoramento da supervisora de campo, entre elas:

- Orientar usuários/as e familiares quanto aos serviços fornecidos pelo SUS;
- Visitas e acompanhamento ao leito, atendendo os/as usuários/as em suas necessidades sociais;
- Busca por familiares de usuários/as que internam sem acompanhamento de representante legal ou familiar e, necessitam da presença dos mesmos, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares;
- Solicitar, quando indispensável, acompanhamento de usuários/as em casos onde a família deixa de prestar assistência;
- Alta social onde fatores socioeconômicos possam ser indispensáveis para alta médica;
- Orientações quanto à programas/benefícios sociais, a exemplo, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), quando necessário;
- Esclarecimentos a familiares quanto aos documentos fundamentais para emissão de declaração de óbito (D.O) e informações complementares que possam precisar;

Portanto, ao realizar orientações e encaminhamentos atendendo às necessidades postas pelos/as usuários/as, contando com os mais diversos pontos da rede de apoio e considerando os determinantes culturais, sociais e econômicos, esse trabalho proporcionará suporte e colaboração na viabilização dos direitos dos/as usuários/as de uma forma mais qualificada.

Somado a isso, a partir da concepção que o processo de saúde-doença é determinado socialmente, o/a assistente social é fundamental na composição da equipe multiprofissional, visando criar estratégias que proporcione o direito à saúde como dever do Estado.

Contudo, como exposto anteriormente, no período de observação, também se constatou que muitos/as usuários/as passam pela instituição desconhecendo a presença do Serviço Social. Identificada está realidade, no segundo semestre, e em conjunto com as demais estagiárias do CAESE e PA, foi elaborado um projeto de intervenção que buscou apresentar a profissão aos/as usuários/as, público alvo na execução do projeto. Tendo como objetivo intervir levando orientações necessárias aos/às internos/as nas ALAS e seus/as acompanhantes, assim como também nas salas de espera do CAESE, visando esclarecer e orientá-los/as sobre seus direitos como cidadãos/ãs, apresentando também a profissão, seu objetivo e atuação na instituição.

A execução do projeto aconteceu no dia 15 de dezembro de 2022, supervisionado pela assistente social de plantão. A explanação foi desenvolvida nas salas de espera dos corredores do CAESE e ala C, respeitando a rotina da enfermaria,

com distribuição de panfletos confeccionados pelas estagiárias, intitulado “Orientações sobre o Serviço Social”, contendo informações sobre a Atuação do/a Assistente Social na Saúde, sua atuação no HUAC e principais demandas quando aos direitos previdenciários, direcionada à perspectiva da efetivação dos direitos, contribuindo para o acesso do/a usuário/a à serviços de saúde assegurados na Constituição.

Foram momentos valiosos e essenciais, concluído com êxito, visto o comprometimento das estagiárias, e as orientações pertinentes das supervisoras acadêmica e de campo. A intervenção contribuiu de forma significativa na compreensão da atuação do/a assistente social e sobretudo no entendimento dos/as usuários/as quanto aos seus direitos.

Ademais, evidenciamos que as atividades realizadas durante o estágio foi uma experiência indispensável na formação profissional, tivemos a oportunidade de perceber a indissociabilidade teoria e prática, além de desenvolver nossa identidade profissional através dos compromissos e das responsabilidades que a profissão requer.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na execução deste trabalho evidenciou-se reflexões e discussões sobre a importância do estágio supervisionado na formação profissional. Sendo assim, observamos o direcionamento da formação em pautar a defesa intransigente da democracia, dos direitos humanos e recusa ao autoritarismo, dispondo da liberdade como valor ético central, em conformidade com o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993). Dessa forma, sendo produto de um processo de renovação ao longo da história do Serviço Social e sua inflexão para uma perspectiva crítica e emancipatória.

Destarte, ao longo da formação se manifestam as transformações, a forma de pensar a profissão, seu amadurecimento e também suas conquistas, logo é essencial uma formação inicial sólida, assim como, contínua e permanente, visando atualização sobre o trabalho profissional.

O estágio se configurou como um dos elementos mais importantes da formação, com foco principal na qualificação e o desenvolvimento das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

No estágio realizado no HUAC aprendemos o quanto a atuação do/a assistente social se faz necessária na luta pelos direitos socialmente conquistados, através da política de saúde, historicamente marcada por avanços e retrocessos. Cabe ressaltar o marco fundamental da saúde como a reforma sanitária e criação do SUS que atribuiu caráter integrado e universal dessa política, ultrapassando as práticas individualistas.

Destacamos a importância do Serviço Social na mobilização junto aos movimentos participativos e luta social em defesa do SUS e como política universal de qualidade, sendo um potente recurso para fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva a favor da população e acessos aos serviços de saúde.

No HUAC o Serviço Social atua numa perspectiva interdisciplinar com os demais profissionais de saúde, buscando uma investigação dos fatores sociais que inferem no processo saúde-doença. Logo, o estágio realizado no HUAC contribuiu para o processo de formação profissional, uma vez que proporcionou vivenciar experiências que nos aproximaram do cotidiano profissional, dos/as usuários/as do SUS, além de vivenciar as contradições que transcorrem na atuação dos/as assistentes sociais do hospital.

Dessa forma, conclui-se que a inserção em campo de estágio junto ao Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) foi uma grande oportunidade de complementar e aperfeiçoar a formação acadêmica, experiência válida e enriquecedora, evidenciada

pelo aprendizado e maior autoconfiança adquirida. Contribuindo para uma qualificada formação profissional, além de fornecer socialização e democratização de informações acerca da atuação do assistente social na saúde e da importância do trabalho profissional desempenhado.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Lei de Diretrizes Curriculares: Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro:1996

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para a construção de uma Política Nacional de Estágio da ABEPSS – Documento base**. Brasília, 2009

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: ABEPSS**. Brasília (DF) 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9.394/1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788: Artigo 1º, incisos 1 e 2**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22), acesso em 10 de janeiro de 2023.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. MATOS, M. C. **A Saúde no Brasil: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal**. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BURIOLLA, M.A. F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARIAGA, M. H; SILVA, M. J. A. **Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, 2016.

CFESS. **Frente crítica implantação da EBSEH**. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/853>

\_\_\_\_\_. **Resolução N.º 383/99** de 29 de março de 1999. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde, 1999.

FERREIRA, A. P; et al. **Hospital Universitário Alcides Carneiro: Caracterização socioinstitucional**. Campina Grande, Mimeo, 2017.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JOAZEIRO, E. M. G. **Supervisão de Estágio: Formação, saberes, temporalidades**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2008.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAFUANI, F. **Estágio e sua importância para a formação do universitário**. Instituto de Ensino superior de Bauru. 2011. Disponível em: <http://www.iesbpreve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&IDNoticia=1259>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

SANTIAGO, D. GONÇALVES, N. **Os desafios de efetivação da teoria na sistematização da prática profissional do assistente social**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS-MG, junho de 2012.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº80, nov, 2004.

## AGRADECIMENTOS

Durante os anos de graduação, fui surpreendida por momentos de dificuldades os quais ousaria dizer que, até aqui, foram os mais profundos e intensos da minha vida. Neste percurso, a vida contou-me piada, fez-me piada, perdi amigos e pessoas amadas, mas, apesar de todas as coisas, a vida também me ensinou a ser forte e persistente.

Por vezes, nossa trajetória pode nos colocar em momentos difíceis, igualmente pode nos proporcionar momentos de compensações, como o abraço dos meus pais, o sorriso do meu sobrinho, a leitura de um livro, as viagens, os amigos, assim como, a conclusão desse trabalho de conclusão de curso.

A realização deste trabalho contou com apoio e incentivo tantos, ao qual, expressarei meus agradecimentos.

A Deus, por seu infinito amor e bondade, por permitir realizar tantos sonhos nesta existência, por me dares sempre tua mão como um pai amoroso que jamais abandona um filho.

A professora Sandra Amélia, com muita admiração e carinho que expresso meu agradecimento pela orientação acadêmica, apoio e confiança.

Sou grata a todo corpo docente do curso de Serviço Social que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo e dedicação. Em especial, minha banca de TCC, professora Socorro Pontes e professor Flávio José pelas significativas reflexões para construção desse trabalho.

À minha supervisora de campo, Danúbia Dantas, pela disponibilidade, pela partilha de saberes, pelas orientações, pelos conselhos e pela boa disposição com que sempre me tratou.

Aos meus pais, Tereza e José, que se alegram com minhas conquistas. Sem o apoio de vocês, eu jamais conquistaria tantos sonhos. Sem o amor de vocês, não entenderia o significado de amor incondicional. Mesmo com todas as dificuldades, vocês conseguiram elevar o mais importante que se pode dar a um filho: amor. Gratidão por tudo, amo vocês mais do que as palavras podem expressar!

A meu sobrinho Gabriel, por me proporcionar momentos de tranquilidade, sorrisos, carinho e amor. A minha irmã Jaqueline, pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

A todos os meus amigos e familiares, por estarem ao meu lado e me fazer acreditar que tinha forças e ferramentas necessárias para finalizar este trabalho. Gratidão!